

A Responsabilidade Civil e Penal Ambiental nas atividades offshore de petróleo e gás no Brasil

Renato Moraes Guerra, José Vieira Monteiro Júnior e Dr. Yanko Marcius de Alencar Xavier

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Natal, RN, Brasil

renatooguerra@gmail.com, vieirajunior86@gmail.com, yanko.xavier@gmail.com

Resumo—Faz-se necessária uma análise do alcance que a constitucionalização do direito ambiental tem sobre a indústria petrolífera, mormente sua importância estratégica na matriz energética brasileira e sua condição pouco favorável em questões ambientais, posto que vai na contramão da revolução limpa em termos de energia. Indispensável, também, uma investigação do real potencial poluidor das atividades desenvolvidas por essa indústria no ambiente marítimo e, especialmente, a magnitude dos eventuais impactos causados por desastres ambientais numa área tão frágil e sensível como o mar. E, por derradeiro, imprescindível a confirmação da adequação ou não destes modelos de responsabilidade civil e penal com os comandos da Constituição da República, sobretudo com relação à capacidade desses de responder com eficiência as problemáticas de efetiva reparação do meio ambiente. Em síntese: os regimes de responsabilidade civil e penal são, de fato, suficientes para prevenir e/ou reparar eventuais danos ambientais causados no oceano? E tais instrumentos, da maneira em que se encontram, respondendo efetivamente ou não aos danos ambientais, são adequados do ponto de vista constitucional, haja vista a condição fundamental do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado?

Palavras-chave—Responsabilidade, Civil, Penal, Ambiental, Offshore

Abstract—An analysis of the scope that the constitutionalization of environmental law

has on the oil industry is necessary, especially its strategic importance in the Brazilian energy matrix and its unfavorable condition in environmental issues, since it goes against the clean revolution in energy. Indispensable also an investigation of the real pollution potential of the activities developed by the industry in the maritime environment and, especially, the magnitude of the potential impacts of environmental disasters in such a fragile and sensitive area like the sea. And, last, essential to confirm the suitability or otherwise of these civil and criminal liability of models with the commands of the Constitution, particularly with respect to the ability of these to respond efficiently the problem of effective repair of the environment. In short, the civil and criminal liability regimes are indeed sufficient to prevent and / or remedy any environmental damage caused in the ocean? And such instruments, the way in which they are, responding effectively to environmental damage or not, are suitable from a constitutional point of view, given the fundamental condition of the right to an ecologically balanced environment?

Keywords—Responsibility, Civil, Criminal, Environmental, offshore

1. INTRODUÇÃO

O reconhecido crescimento do Brasil, alavancado pela robustez de uma economia cada vez mais forte, vem acompanhado do desenvolvimento exponencial da indústria energética